

# Boletim

A revista do Sistema

## INFORMATIVO



SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1193

24 a 30 de setembro de 2012

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

# Seguro rural

## R\$ 8,2 milhões para 28 atividades

As últimas do Código Florestal

- 2 Código Florestal**  
As últimas
- 
- 6 Seguro Rural**  
Propostas de ampliação
- 
- 10 Purunã**  
O Boi do Paraná
- 
- 12 SENAR-PR**  
Cursos nos presídios
- 
- 15 Leite**  
Dia de Campo
- 
- 16 Hortifrutigranjeiros**  
Novas oportunidades
- 
- 18 Corrupção**  
Movimento do MP
- 
- 19 Sanidade**  
Modelo na Bolívia
- 
- 20 Opinião**  
Gestão territorial
- 
- 22 Zoneamento**  
Mudanças no Noroeste do PR
- 
- 23 Suíça**  
Financiamento até de paisagismo
- 
- 24 Feijão**  
Previsões
- 
- 26 Via Rápida**  
Peste Negra, Tamarã, Apostas, Pombos, Chaplin, Comunistas, etc.
- 
- 28 Cursos**  
Tratores, Qualidade de Vida, Grãos, Gaitaço, Reflorestamento e etc
- 
- 30 Conseleite**
- 
- 31 Notas**

# Só falta o Sen

Dia 8 de outubro é o limite no Congresso. Aí, sanção

**Em 30 de agosto**, durante uma solenidade no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff colocou os óculos de leitura e, sem se preocupar com os fotógrafos presentes, se pôs a ler um bilhete às ministras Ideli Salvatti, das Relações Institucionais e negociadora com os congressistas, e Isabella Teixeira, do Meio Ambiente. Os fotógrafos não perderam a oportunidade, num gesto feito aparentemente pela presidente para ser flagrado. O bilhete dizia:

– Por que os jornais estão dizendo que houve um acordo ontem no Congresso sobre o Código Florestal? Eu não sei de nada?”, questionava o texto da parte de cima do bilhete, em letra cursiva. Logo embaixo, em letra de fôrma, um rascunho completava as indagações presidenciais. “Não houve acordo com o governo. A posição do governo é a defesa da MP 571, com foco especial na “escadinha”, registra o verso.

Os jornais haviam acabado de divulgar um acordo na Comissão Especial Mista (Senado e Câmara) fazendo alterações na Medida Provisória, em artigos que tratavam da “escadinha” – recuperação e preservação de áreas ambientais de maneira proporcional por pequenos, médios e grandes produtores.

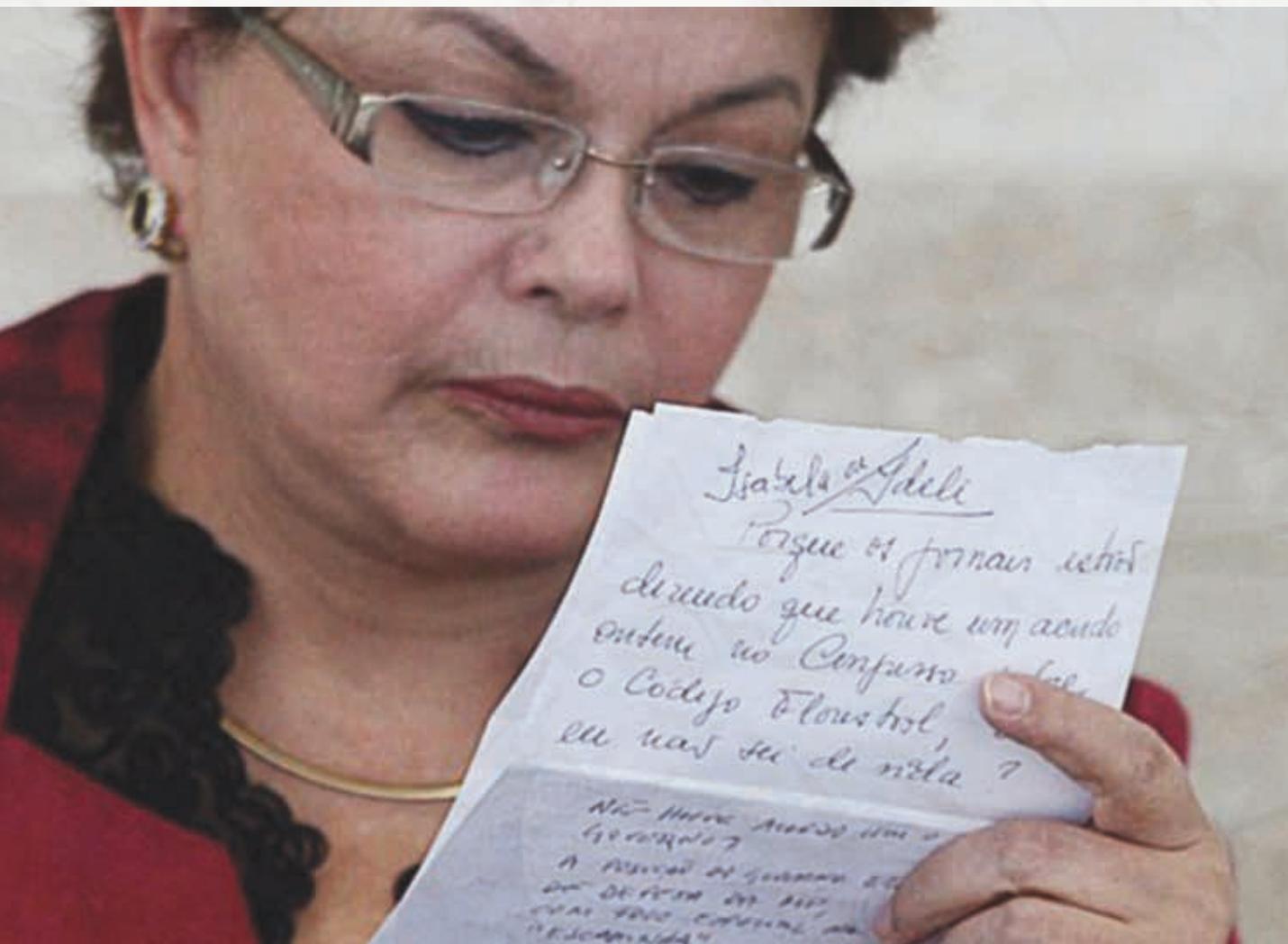
Dezenove dias depois, a presidente deve ter percebido que é melhor um acordo do que uma demanda. Como o tempo passa e voa, o prazo limite para retornar às mãos da presidente é dia 8 de outubro e o Congresso teve que acelerar as votações. Assim, no início da noite do último dia 18, um acordo da maioria dos partidos viabilizou a votação do texto aprovado por unanimidade na Comissão Especial Mista que analisou a matéria. Em seguida a maioria dos 333 deputados

Beto Barata/AE



# ado e Dilma

ou veto presidencial



Gustavo Lima

**As várzeas podem continuar a serem usadas desde que estejam fora dos limites de proteção de matas ciliares de 30m para rios de até 10m de largura.**

presentes à sessão extraordinária da Câmara dos Deputados aprovou, por votação simbólica, o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória (MP) 571, que complementa o Código Florestal brasileiro, rejeitando todos os destaques apresentados. Uma das mudanças diz respeito às Áreas de Preservação Permanente (APPs) próximas aos cursos d'água nas médias propriedades, com extensão acima de quatro até 15 módulos fiscais. O texto ainda precisa ser aprovado pelo Senado e seguir à sanção presidencial.

## Principais alterações

De acordo com o texto aprovado, a recomposição de APP onde existir atividade consolidada anterior a 22 de julho de 2008, será menor para imóveis maiores que 4 módulos fiscais, em relação ao previsto na MP original. O replantio também poderá ser feito com árvores frutíferas, tanto na APP quanto na Reserva Legal.

“

**Nossa expectativa é que a presidente da República sancione, sem vetos preferencialmente, o que o Congresso decidiu.**

**Ágide Meneguette,**  
presidente do Sistema FAEP.

”



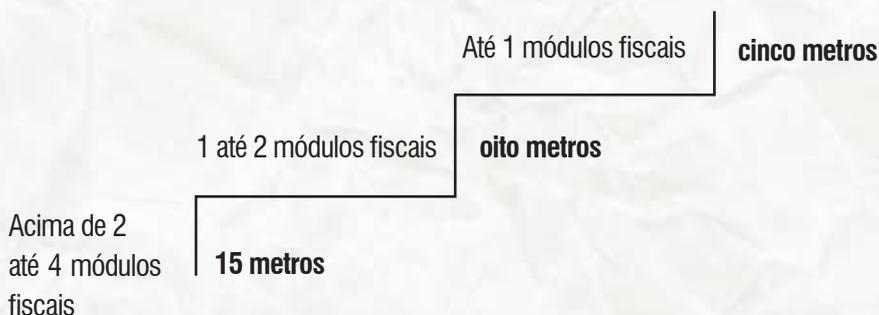
Arquivo

## Áreas menores que 4 módulos fiscais

Nas pequenas propriedades, com até quatro módulos fiscais, foram mantidas as faixas de 5 a 15 metros para recomposição. A exigência de recomposição também valerá para rios intermitentes.

A chamada “escadinha” não teve mudanças para as pequenas propriedades. Independentemente da largura dos rios, imóveis com até 1 módulo fiscal devem recompor a APP com 5 metros em torno do curso d’água. De 1 módulo até 2 módulos, a recomposição deverá ser de oito metros. Acima de 2 e até 4 módulos, a APP deverá ter um mínimo de 15 metros.

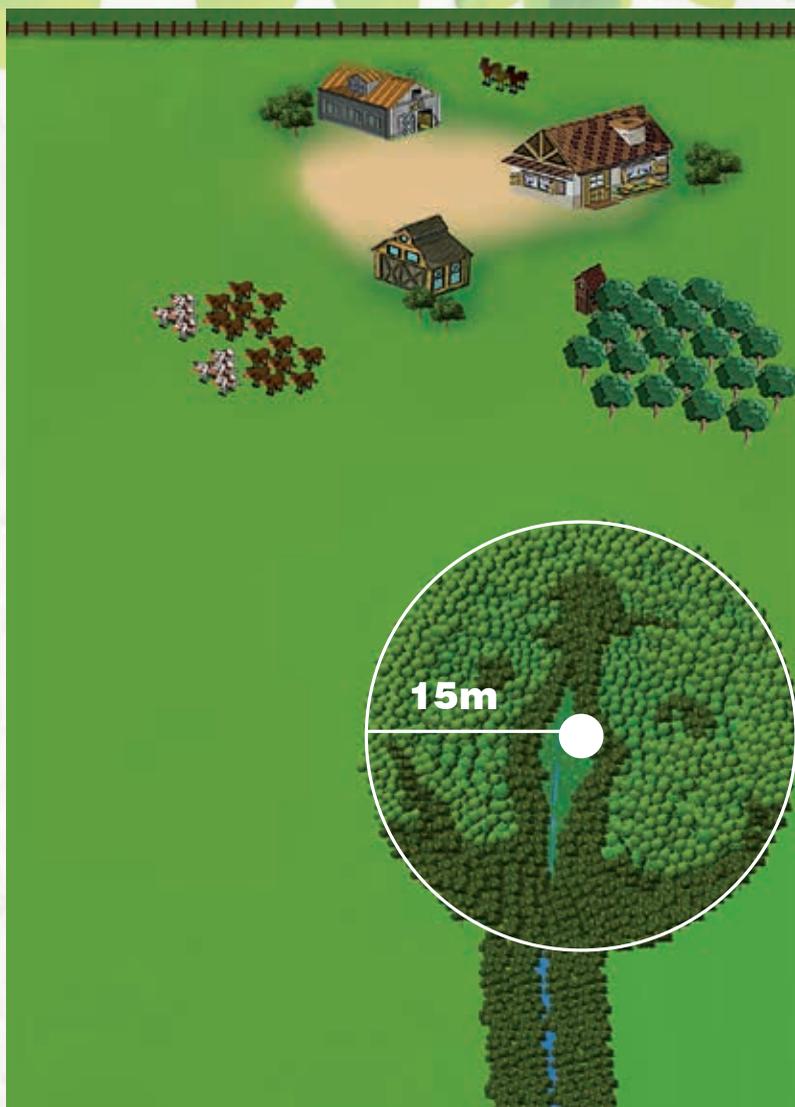
## Faixas independente da largura dos rios



## Propriedades maiores do que 4 módulos fiscais

Nas propriedades acima de quatro módulos fiscais (72 hectares em média no Paraná) as APP’s deverão ter 15 metros nas margens dos rios com até 10 metros de largura. Em rios com largura maior do que 10 metros, as faixas de APPs deverão variar de 20 a 100 metros. Na proposta do governo eram de 30 a 100 metros, dependendo da largura do rio.

Estas mesmas metragens foram estabelecidas para as propriedades com mais de 15 módulos fiscais (260 hectares no Paraná), e serão definidas de acordo com o Programa de Regularização Ambiental (PRA) de responsabilidade dos Estados.



## Nascentes

Para nascentes e olhos d'água, a exigência de recuperação da APP aumentou no caso de imóveis até 2 módulos fiscais. Enquanto na MP original a vegetação deveria ocupar cinco metros (até 1 módulo) ou oito metros (maior que 1 e até 2 módulos), o texto aprovado exige 15 metros de todas as propriedades.

Outra mudança incluída na lei é a permissão de recompor cinco metros em torno de rios intermitentes com até dois metros de largura, para qualquer tamanho de propriedade.

Todas as metragens serão contadas a partir da borda da calha do leito regular, e o plantio de espécies exóticas e frutíferas não precisará de autorização prévia do órgão ambiental.



Arquivo

## Lagos e lagoas naturais

O texto original da MP permanece o mesmo para áreas consolidadas em torno de lagos naturais e veredas (terreno brejoso com palmeiras). No caso das veredas, propriedades até 4 módulos fiscais, terão que recompor 30 metros. E acima de 4 módulos, 50 metros. Na tabela abaixo, estão as dimensões para lagos e lagoas naturais.

Propriedade Módulos Fiscais	Lagos e lagoas naturais (§ 6º)
0 - 1	5 m
1 - 2	8 m
2 - 4	15 m
4 - 10	30 m
> 10	30 m

## Pousio

Outra mudança foi a retirada do percentual da propriedade onde seria adotada a prática do pousio, interrupção temporária da atividade agropecuária em determinada área do imóvel rural para recuperação do solo, que era equivalente a 25% da área do imóvel. O prazo de cinco anos para implantação desta técnica foi mantido.

## Multas

Mantém o programa para conversão da multa, destinado a imóveis rurais, referente a autuações vinculadas a desmatamento, que foram promovidos sem autorização ou licença, em data anterior a 22 de junho de 2008.



Fotos: Fernando Santos

**Resultado de análises** e negociações de técnicos da FAEP, Fenseg, Ocepar e a Seab, os produtores do Estado deverão ter ampliadas as culturas contempladas no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. A iniciativa das instituições diagnosticou as oportunidades e dificuldades do seguro rural, considerando o orçamento do Programa de R\$ 8,2 milhões para 2013. Inicialmente o Programa previa a cobertura para trigo, milho safrinha e café, mas pode ser ampliado para 28 atividades. Documento nesse sentido foi encaminhado pelo presidente da FAEP, Ágide Meneguette, e pelo presidente da Ocepar, João Paulo Koslowski e o diretor da Fenseg, Neival Freitas ao secretário Norberto Ortigara, da Agricultura, contendo as alternativas possíveis para a utilização daqueles recursos.

A viabilidade do seguro rural no país, comprovadamente, só se efetiva com o aporte do Programa Federal de Subvenção, que cobre em média 50% do custo dos prêmios e com a participação dos governos estaduais, que se responsabilizam pela metade da diferença do total dos prêmios, cabendo ao produtor o pagamento do restante.

Pelos estudos realizados pela FAEP, Fenseg e Ocepar, no trigo, fruticultura, milho safrinha e outras atividades de

# Um plano de v para o Seguro

**Documento da FAEP, Fenseg e Ocepar pede ampliação das coberturas**

maior risco, o “prêmio taxa” do seguro de 10% em média é algo comum. Ou seja, para uma cobertura de R\$ 100 mil, o custo desse seguro fica em R\$ 10 mil. O custo do seguro é alto devido aos riscos de catástrofe e sem o apoio dos governos não cabe no bolso do agricultor.

O desembolso do produtor rural paranaense no ano passado alcançou a R\$ 57 milhões e recebeu R\$ 70 milhões em apoio do governo federal, totalizando R\$ 127 milhões em prêmios totais. Devido aos problemas climáticos, foram pagos mais de R\$ 93 milhões em sinistros, o que demonstra a importância desse instrumento de gestão de riscos e mutualismo, evitando renegociações de dívidas dos agricultores. “O efeito multiplicador do seguro possibilita um ciclo virtuoso às economias do Estado e dos municípios afetados por problemas climáticos a manutenção dos empregos, o giro de recur-



# o Rural

...sos no comércio, a continuidade do acesso ao crédito pelos produtores investindo em maquinários e novas tecnologias, garantindo a geração de renda e de tributos”, exemplifica o documento.

## 28 atividades

O governo paranaense possui R\$ 8,2 milhões no programa de subvenção ao prêmio do seguro rural, tem boas oportunidades de melhorar a inserção no mercado de seguro rural e atender mais produtores e atividades.

Nos estudos dos técnicos das duas entidades, constatou-se que o seguro para

milho safrinha e trigo deve utilizar menos de R\$ 5 milhões, sobrando pelo menos R\$ 3,2 milhões para o governo estadual apoiar outras atividades.

“Logo, é possível capitalizar melhor o programa, aumentando o universo de atendimento dos atuais 1.600 para em torno de 6.000 a 8.000 produtores e ampliar as atividades contempladas inicialmente de três (trigo, milho safrinha e café) para vinte e oito (28)”, relata o documento encaminhado ao secretário da

## Agricultura.

Para isso, porém, são necessárias algumas medidas. Como mudanças no sistema operacional do programa estadual e a criação de uma política flexível de direcionamento dos recursos, levando em conta o histórico de seguro e a importância das culturas para o desenvolvimento econômico e social do Paraná.

Historicamente, 69% das operações do programa federal é destinado para o seguro agrícola da soja, 10,7% para o milho-verão e apenas 20,3% são para as outras atividades, às quais se propõe um apoio maior do governo estadual.

Por enquanto, não há necessidade do governo estadual subvencionar o prêmio de seguro de soja e milho verão, mesmo porque consumiriam um valor que a SEAB/PR não teria onde buscar no orçamento do governo estadual.

## Fruticultura

Para a fruticultura, o auge de contratações no Paraná foi de 391 operações de seguro com um prêmio total de R\$ 3,8 milhões. Mesmo duplicando a demanda para 800 operações e um prêmio de R\$ 7,6 milhões, o programa estadual não chegaria a subvencionar R\$ 2 milhões para essa atividade, a qual necessita de apoio do governo estadual, tendo em vista que os prêmios em média são altos (9% a 12%), dependendo da cultura e região.

Como o governo federal subvenciona entre 40% a 60% do prêmio bruto, mesmo assim fica caro ao fruticultor contratar o seguro sem o apoio do governo estadual. O trigo, por exemplo, tem prêmio taxa médio de 10%, mas o governo federal subvenciona 70% e o estadual 15%, restando uma diferença acessível ao produtor para aderir ao seguro. “É necessário dar essa mesma condição ao fruticultor e às outras atividades de maior risco ou com menor apoio do governo federal”, lembra o documento.

**Como o governo federal subvenciona entre 40% a 60% do prêmio bruto, mesmo assim fica caro ao fruticultor contratar o seguro sem o apoio do governo estadual.**

## LEGISLAÇÃO

A sugestão da FAEP/Ocepar para executar o orçamento de R\$ 8,2 milhões do Programa é a seguinte:

- Trigo – R\$ 2,5 milhões;
- Milho safrinha – R\$ 2,5 milhões;
- Algodão, alho, arroz, batata, café, cebola, cevada, feijão, tomate, ameixa, caqui, figo, goiaba, kiwi, laranja, limão, maçã, melancia, morango, nectarina, pera, pêssego, tangerina, uva, pecuária e florestas - R\$ 3,2 milhões.

Conforme a demanda por atividade, esses recursos poderiam ser alocados de um grupo para outro. A FAEP e Ocepar lembram no documento ao secretário Ortigara que “o limite por produtor/CPF/ano do programa estadual é de R\$ 4.500,00, o que equilibra o acesso ao programa, evita dispêndios maiores e possibilita um universo maior de produtores e atividades acessando esse programa”. Além do dimensionamento do programa em relação aos recursos e atividades atendidos, as seguradoras apresentam ainda algumas dificuldades em atuar no Paraná com o atual sistema operacional do programa.

# O caminho dos recursos

## MUDANÇA OPERACIONAL

Para melhorar o processo operacional para aprovação da subvenção faz-se necessário um sistema adaptável com as seguradoras, governo federal e estadual, dando todos os parâmetros de liberação dos seguros e melhorando o fluxo de informações.

Diferente dos demais Estados, o Paraná não possui um sistema operacional para comunicação junto às companhias seguradoras. O processo ocorre somente após a emissão da apólice. A Seab recebe informações diretamente do Ministério da Agricultura sobre as operações de trigo com subvenção federal, checa o Cadastro Informativo (Cadin) de Créditos não quitados do setor público estadual e envia à Seguradora a relação de segurados beneficiados e qual o valor concedido/subvenção. A seguradora paga e/ou reembolsa ao segurado e comprova à secretaria.

Propõe-se uma mudança do sistema operacional para que o processo de consulta e aprovação do benefício ocorra diretamente com as seguradoras, antes da emissão do seguro. A subvenção deve ser descontada do prêmio da apólice, para que o segurado receba o benefício na ocasião da contratação do seguro, como ocorre com a subvenção federal e nos demais Estados que possuem programas similares.

Além do credenciamento das seguradoras junto à Seab, é necessário o cadastramento como fornecedor de serviços (Compras/PR) para recebimento da subvenção, o que torna o processo moroso e burocrático, tendo que enviar documentos em duplicidade. No geral, todo o processo para operacionalização do programa, desde o credenciamento até o pagamento efetivo e prestação de contas com o Estado é custoso.

Diante disso, FAEP, Fenseg e Ocepar sugerem a criação de um cadastro para credenciamento das seguradoras ao programa e recebimento dos pagamentos.

---

**Diferente dos demais Estados, o Paraná não possui um sistema operacional para comunicação junto às companhias seguradoras. O processo ocorre somente após a emissão da apólice.**

---

## Trigo

Em três anos de programa com o trigo, o governo estadual não ultrapassou o total subvencionado de R\$ 2,5 milhões em um único ano civil. O milho safrinha é uma cultura plantada por inúmeros pequenos produtores vinculado ao Pronaf (que contratam obrigatoriamente o Proagro Mais) e teve um prêmio bruto arrecadado de seguro agrícola privado em 2011 de R\$ 19,7 milhões. Dessa forma, a cultura utilizaria em torno de R\$ 2,46 milhões do programa estadual, equivalente a 15% do apoio subvencionado no Paraná. Logo, a soma dos valores prospectados em subvenção chega aos R\$ 5 milhões anteriormente citados.



# O boi do Paraná

Divulgação

Boa produção de carne e resistência ao carrapato estão entre as vantagens da raça

**Já pensou em uma raça** de gado que leva genética de caracu, aberdeen angus, charolês e canchim? Pois é, esse cruzamento caracteriza a nova raça desenvolvida pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) para pecuária de corte brasileira: o purunã.

A raça combina as características desejáveis das raças formadoras como o desenvolvimento muscular do charolês: ou seja, boa produção de carne; a resistência ao carrapato e a boa produção de leite do caracu, tornando uma excelente raça materna; a rusticidade e a tolerância ao calor do canchim; e a qualidade da carne e a precocidade de abate do aberdeen angus. É o que conta o zootecnista da Iapar, José Luís Moletta, um dos responsáveis pela criação da raça.

Segundo ele, o trabalho que resultou na raça purunã começou no início da década de 1980, na Fazenda Experimental do Iapar, em Ponta Grossa. “Ele surgiu a partir da constatação da falta de sucesso dos pecuaristas nos cruzamentos para a obtenção de mestiços. Na maior parte das vezes, esse trabalho é feito desconsiderando critérios

genéticos para obter o melhor das raças envolvidas”, explica Moletta.

De acordo com o pesquisador, surgiu daí a proposta de fazer cruzamentos sucessivos e controlados entre caracu, canchim, aberdeen angus e charolês. O objetivo era entregar uma raça pronta, capaz de reunir grande parte das qualidades de mestiços dessas raças com baixo custo. O nome é uma homenagem à Serra do Purunã, que separa o primeiro e o segundo planaltos do Paraná.

Como o objetivo é a produção de carne, segundo Moletta, na fazenda há um barracão de confinamento, animais com idade entre dez e 15 meses, alimentados com silagem de milho, farelo de soja e sal mineralizado. Na condição a pasto, os tourinhos purunãs selecionados como reprodutores representam, aos 22 meses de idade, o que há de mais evoluído na genética da raça. Segundo Moletta, os produtores podem comprar os tourinhos por uma média entre R\$ 2.500 e R\$ 3.000. “Se formos comparar com outras raças, como a angus, por exemplo, o valor do animal é mais baixo”, acrescenta. E para quem se



Fernando Santos

## Um século da Fazenda Modelo do Iapar

Desde 1912, quando os campos Gerais estavam em processo de colonização, surgiu uma fazenda que entra na história da pesquisa na área dos bovinos, equinos, suínos e outras raças animais. Nos arredores de Ponta Grossa, a atual fazenda-modelo do Iapar é a sucessora de uma iniciativa que surgiu três anos após ser criado o Ministério da Agricultura, durante a presidência do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), quando o paulista Pedro de Toledo ocupava a pasta como ministro.

Inicialmente a fazenda-modelo foi criada para atuar na seleção e cruzamento de gado, estudo e cultivo de plantas forrageiras, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias para os produtores – naquele período também foram criadas fazendas-modelo no Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco.

Com o passar do tempo, reformulações na estrutura do Ministério da Agricultura acarretaram mudanças em sua denominação e atribuições, mas o aprimoramento da pecuária sempre se manteve como atividade principal da unidade de pesquisa.

Na década de 1970, denominava-se Estação Experimental de Criação e era ligada ao Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária Meridional (Ipeame). Em nova reestruturação do setor de pesquisas no Ministério da Agricultura foi incorporada à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e, em 1978, passou à administração ao Iapar.

Recentemente, no último dia 16 de agosto, o Iapar lançou o livro “100 anos Fazenda-Modelo de Ponta Grossa – pecuária, ciência e sociedade”. De autoria do doutor em história e professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Marco Antonio Stancik, a obra dá mostra de como, pouco a pouco, ocorreram as transformações e a trajetória das atividades desenvolvidas pelos 1.700 hectares na fazenda-modelo, que agora culmina com o purunã, o “boi do Paraná”. Uma bateria de curiosidades e fotos são reveladas na obra de 61 páginas. Entre elas a realização da primeira exposição pecuária das crias dos reprodutores adquiridos pela fazenda, em 1915. Ou o fato de, naquela época, as demandas da fazenda estarem também voltadas ao “desenvolvimento de animais adaptados às necessidades do Exército”, como lembra o autor.

> **Mais informações:** [www.iapar.br/](http://www.iapar.br/)

interessa pela criação da raça, basta procurar os técnicos na Fazenda Experimental do Iapar.

### Prática

Há três anos o produtor e veterinário Piotre Laginski, de Cascavel, investe na criação de purunã. Como o foco da sua produção está na carne e com um rebanho de pouco mais de 100 cabeças, ele optou por causa da rusticidade e precocidade do animal. “A raça se apresenta com uma viabilidade muito interessante e adaptada para a nossa região, e nesses três anos está se apresentando uma raça eficiente”, conta.

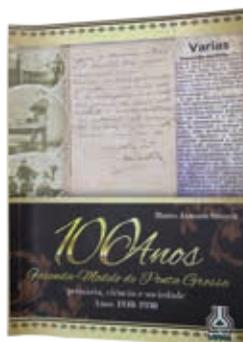
### Certificado

No último dia 15 de setembro, o Ministério da Agricultura credenciou o Iapar a emitir o Certificado Especial de Identificação e Produção (CEIP) da raça purunã. Com o certificado, a nova raça poderá ser apresentada e comercializada legalmente no país.

---

**“A raça se apresenta com uma viabilidade muito interessante e adaptada para a nossa região”.**

---



O **panorama carcerário** no país é uma tragédia. Invariavelmente todas as semanas os jornais pipocam em suas páginas notícias sobre a população carcerária (veja box 1). Um dos problemas é evitar que essa população retorne às atividades ilegais. Entre as alternativas está a redução da ociosidade e a criação de medidas socioeducativas e de treinamento profissional para reintegrar e ressocializar os internos. É isso que o SENAR-PR vem fazendo através do convênio com o governo do Estado desde 2001, em seis unidades de reclusão espalhadas pelo Paraná.

De 2001 a 2011 já foram realizados 10.356 cursos. “Este ano entre janeiro e maio realizamos cerca de 250 cursos. As áreas são definidas em conjunto com os profissionais das penitenciárias e os supervisores do SENAR-PR, respeitando a aptidão regional das unidades”, diz o gerente técnico do SENAR-PR, Elcio Chagas da Silva.

A cada nova gestão governamental, o Termo de Cooperação é renovado envolvendo além do SENAR-PR, a Federação das Indústrias (Fiep), o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Silva destaca que além do conhecimento técnico, o instrutor do SENAR-PR leva ao detento a visão de mercado e a viabilidade econômica da atividade trabalhada. “Este aspecto é importante, pois esta parceria tem o objetivo de abrir uma nova oportunidade para o participante quando ele deixar à penitenciária. Ele precisa ter a noção de quanto precisará investir e da rentabilidade financeira”.

### Agilidade e variedade

A Colônia Penal Agroindustrial de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, atende cerca de 1.450 detentos, 60% são da área rural e 40% da urbana. Lá são oferecidos os cursos de Agricultura Orgânica, Informática (básica e avançada), Piscicultura, Apicultura e Ovinocultura. A cada 12



# Um lugar a

Mais de 10 mil cursos do SENAR-PR em presídios do Estado

horas de curso o detento consegue um dia de remissão da sua pena.

“A agilidade como somos atendidos e a variedade dos cursos do SENAR-PR são aspectos que merecem destaque nesta parceria. Nosso objetivo na Colônia, através do trabalho, da educação e da qualificação é transformar os detentos em cidadãos melhores. Neste sentido o SENAR-PR colabora, e muito, com este processo. Por isso queremos aumentar a oferta com novos cursos aos apenados”, comenta o diretor da Colônia Penal Agroindustrial, Ismael Meira.

Nos dias 18 e 21 de setembro o SENAR-PR realizou o curso de Trabalhador na Apicultura – apicultura I com 32 horas, para um grupo de 10 detentos com o instrutor Cesar Ronconi. Entre eles J. M. M., 44 anos. Filho de pequenos agricultores ele recorda a infân-



Fernando Santos

# o sol

Detentos da Colônia Penal Agrícola participam do curso de Apicultura do SENAR-PR

## POPULAÇÃO CARCERÁRIA

Segundo o Ministério da Justiça o Brasil tem uma população carcerária de 496.251 (dados de 2010) presos. Só fica atrás em número de presos para os Estados Unidos (2,2 milhões), China (1,6 milhão) e Rússia (740 mil). O Paraná tem cerca de 24 mil presos, dos quais 50% em Delegacias e Distritos Policiais.

cia, quando ajudava sua família na lavoura.

“Naquele tempo era perigoso lidar com abelhas. Lembro de minha mãe colhendo colmeia com uma caixa, meu pai subia na árvore e ela se posicionava embaixo. Ele cutucava e fazia a colmeia cair dentro da caixa. Agora com técnica as coisas são mais fáceis e seguras”, revela.

J. M. M. nasceu em Nova Tebas, centro do Estado, e chegou a Curitiba em 1988,

casado, pai de cinco filhos e avô de um neto pretende voltar à atividade de caseiro. “Por isso quero aprender a lidar com as abelhas. A atividade dá um retorno financeiro bom, mas a gente tem que fazer tudo bem direitinho”.

Outro detento que também é nascido em Nova Tebas e quer voltar a vida tranquila do campo é E. F. de S., 45 anos, divorciado e pai de três filhos. Também de família de pequenos agricultores que plantavam milho, feijão e algodão aproveita o período de reclusão para estudar e se aperfeiçoar.

“Já trabalhei em supermercado, na Prefeitura de Piraquara e na Doli Construtora. Na construtora fui pedreiro, armador e carpinteiro. Não pude estudar e agora estou fazendo a primeira fase do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série. Meu sonho e conseguir um trabalho, juntar um dinheiro, comprar um sítio e viver no campo”, diz.

Sobre o SENAR-PR ele conta que não conhecia, mas o que aprendeu no curso achou fantástico. “O mel é um produto importante pra saúde e quem lida com abelhas não produz só mel, tem o pólen, própolis, cera e geléia real. Depois desse quero ver se consigo fazer o curso de elétrica”, finaliza.



Fernando Santos

**O conhecimento é tudo. É um bem que ninguém tira de você, por isso sempre que tenho oportunidade procuro estar ocupado ou lendo.**

### **Jovem, crítico e redimido**

J.C, 29 anos, nasceu em São Paulo e aos nove anos perdeu seu pai. Desde então viveu com parentes em várias cidades desde o interior de São Paulo, como Jundiá e Campinas indo até a Bahia. Completou o Ensino Médio e chegou a fazer curso de informática. A falta de oportunidade de trabalho o levou a se tornar um contraventor, como reconhece. Se envolveu com falsificação, tráfico de drogas e roubo. Em fase final de conclusão da sua pena J.C. está na Colônia Penal Agroindustrial do Paraná há quase um mês e aguarda a liberação do juiz para sair em definitivo da prisão.

O rapaz, com boa fluência verbal e raciocínio lógico, se expressa de forma clara e analítica. Descreve a reflexão que fez para descobrir como errou? Onde errou? E o que deveria fazer para se readaptar e enquadrar às exigências sociais.

“Descobri na prisão que devemos buscar uma ocupação, pois ociosidade não é boa. Cabeça vazia, oficina do diabo. O conhecimento é tudo. É um bem que ninguém tira de você, por isso sempre que tenho oportunidade procuro estar ocupado ou lendo”. J. C. foi um dos dez alunos que participou do curso do SENAR-PR de Apicultura realizado dentro da unidade.

Enquanto estive – por dois anos e cin-

co meses – na unidade prisional de Rolândia, norte do Paraná deixou fluir seu viés empreendedor. Pediu autorização judicial para produzir bonecas com fios de lã e sugeriu que fossem vendidas pela APAE. “Aprendi a fazer artesanato fazendo bonecas, palhaços com cores de países e de times. Aprimorei minha técnica com pesquisas e também tenho facilidade de ensinar meus colegas”, conta.

Como jovem, que acabou no crime por falta de oportunidade, J. C. deu, durante a entrevista, mais uma demonstração da sua capacidade crítica e inteligência. “As autoridades querem acabar com o tráfico de drogas, eu concordo que deve acabar mesmo. Mas eles atacam só quem distribui e vende. Eu pergunto – como as drogas são feitas? A partir de plantas. Com os satélites tão modernos que conseguem identificar uma pessoa lá do alto, como o governo não consegue identificar as plantações?”, questiona.

Ele fez ainda um comparativo com o consumo de café. “Se de repente as pessoas fossem proibidas de tomar café. O governo iria atacar só os supermercados e os locais que vendem a bebida? Não, ele teria que destruir também as plantações de café, para que o produto não fosse mais cultivado, não é? O mesmo deveria acontecer com as drogas”, traduz.

Na sua vertente crítica, JC, ex-morador de áreas carentes, aponta garantias da Constituição desrespeitadas pelos governantes. “Uma periferia tem cinco mil crianças. Vem o governo e constrói escola e creche para mil. E as outras quatro mil, ficam a mercê da própria sorte. As pessoas querem sempre um futuro melhor, se vissem hoje escolas sendo construídas, professores bem pagos, dando trabalho para quem precisa e atendimento às crianças. Nós teríamos esperança que daqui a 15/20 anos o país estaria melhor. Mas é isso que gente vê? Infelizmente não”, finaliza.

# Aprendendo e ensinando

Comissão de leite faz “Dia de Campo”, em Porto Amazonas

**Embora tenham anos** de estábulos e pastagens na garupa, os componentes da Comissão de Bovinocultura de Leite da FAEP rezam por uma cartilha básica, onde o prefácio diz: “aprender para ensinar”. A produção de leite – como as demais – vem na história recente da atividade se adaptando à novas tecnologias, inovações e sustentabilidade. “Cada vez mais o espaço para amadores se estreita na cadeia produtiva do leite”, diz Ronei Volpi, presidente da Comissão.

Por isso, na terça feira, dia 18, os membros da Comissão, depois de se reunirem na sede da FAEP, se deslocaram para a Cabanha Neimar (nada haver com o atacante do Santos), em Porto Amazonas, a 70 quilômetros de Curitiba. Lá colocaram em prática o prefácio da cartilha, mesmo que a maioria seja diplomada em pecuária leiteira e perceba vantagens e desvantagens até pelo andar de um animal.

O encontro serviu para avaliar o funcionamento de uma propriedade intensiva com pastoreio e rotacionado, sistema de criação intensiva de bezerras e novilhas, e demonstrações de produção de silagem de inverno. Neste caso com a utilização de triticale (um cereal híbrido de trigo com centeio) consorciado com ervilhaca. E complementando foi discutido e detalhado o sistema de aproveitamento de efluentes para ferti-irrigação (uso de estrume/urina com água) como forma de adubo do pasto. “Nossa Comissão tem representantes de praticamente todas as regiões do Estado e são multiplicadores dos resultados desses encontros, levando mais informações aos produtores”, disse Volpi.

No Paraná a cadeia produtiva do leite envolve aproximadamente 2,5 milhões de cabeças e 1,5 milhões de vacas leiteiras, distribuídas em 114,5 mil propriedades, produzindo aproximadamente 2,5 bilhões de litros de leite por ano. Isso torna o Paraná o terceiro maior produtor de leite do País.



Lineu Filho

Deste total de 114,5 mil produtores 99,5 mil estão inseridos no mercado. Estima-se que aproximadamente 80 mil destes produtores (70%) se enquadrem na condição de agricultura familiar. E os outros 15 mil produtores consomem tudo que produzem, ou seja, são produtores de subsistência.

O Valor Bruto de Produção da atividade leiteira no Paraná era de R\$ 2,6 bilhões, e em 2011 alcançou R\$ 3,2 bilhões (Fonte Deral), num crescimento de 21% - a quarta maior cadeia produtiva do Estado. Portanto a atividade leiteira tem uma relevante importância social.

# Água na boca, din

Frutas e hortaliças representam R\$ 1 bilhão do VBP do Estado

**Há 15 anos Marcos Kmiecik** abandonou o cultivo de soja, porque como ele diz ‘estava muito difícil a vida’. Descendente de poloneses, o produtor não queria largar a agricultura jamais, mas não teve jeito. A necessidade bateu mais forte e para sobreviver se aventurou no ramo da construção civil. Chegou a trabalhar também em moinhos, na produção de farinha fubá.

Enquanto ele se arriscava em obras e outros afazeres, Célia Kmiecik, sua mulher planejava a volta triunfal da família para a agricultura. “A nossa região é favorecida climaticamente para a produção de frutas e hortaliças”, pensava. De fato, em Campo Largo, onde o casal possui pouco mais de nove hectares, está inserida no chamado “Cinturão Verde”, na Região Metropolitana de Curitiba. O fator climático – importante para a produção de raízes – tem temperaturas médias de 10 a 15 graus favorecendo o alongamento e o desenvolvimento das plantas.

Na região, o cultivo de frutas e hortaliças movimentam cerca de R\$ 1 bilhão em Valor Bruto da Produção (VBP) do Paraná, correspondendo a 50% da produção no Estado, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). Com tanto números positivos, Célia convenceu o marido de que os dois poderiam cultivar beterraba, morango, batata, repolho e alfa-



Marcos Kmiecik: trocou a soja pelo hortifrutigranjeiro

ce. “Quanto mais a gente diversificasse seria melhor”, atentou-se Célia. Na época, ela já projetava comercializar a produção em feiras em Campo Largo e em Curitiba. A produtora sabia que se tivesse apenas um tipo de fruta ou hortaliça o casal não teria como garantir espaço no mercado. “Não vamos ficar ricos ainda, mas vivemos com sobra”, diverte-se o produtor.

Porém a diversificação não é o único segredo do sucesso. “Trabalhamos com alimentos orgânicos, então nós buscamos certificações e procuramos estar atentos às exigências do



# heiro no bolso

mercado”, lembrou o marido, que exibe com orgulho o selo de qualidade do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar). Essa certificação é validada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) desde 1997. O documento atesta se produtos, processos ou serviços estão em conformidade com normas nacionais, estrangeiras ou internacionais. Os programas de certificação garantem um processo reconhecido e seguro e são uma importante ferramenta de agregação de valor, tanto no mercado interno como no externo.

## Normas ambientais

Em busca de aprendizado contínuo, o casal sabe que seria engolido pelo mercado competitivo se não houvesse especialização, conhecimento e preparo. O ponto principal são as boas práticas agrícolas. “Hoje no Estado 99% dos produtores de hortifruti não se enquadram às normas ambientais”, diz José Henrique Bezzari Bazzo, engenheiro-agrônomo do SENAR-PR.

Ele explica que isso não significa má intenção do produtor, mas sim falta de condi-

ções e oportunidades para atender o que o mercado exige. “São práticas simples, mas que traduzem um bom resultado imediato”, lembra Bazzo.

Um estudo do SENAR-PR, que envolveu 100 produtores, apontou as principais dificuldades daqueles que trabalham no setor. Foi possível perceber que a maioria dos pesquisados não faz análise de solo, não sabe qual a variedade daquilo que é plantado e desconhece a influência do clima em determinadas culturas. “A qualidade da água utilizada também tem influência no resultado final no produto que chega ao consumidor. Há riscos de doenças, inclusive. Muitas vezes, o produtor nem sabe disso”, explica o engenheiro agrônomo do SENAR-PR.

Com os resultados em mãos, o SENAR-PR vai capacitar os instrutores com um curso de Boas Práticas Agrícolas (BPA), que já vem sendo desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). “No projeto piloto fizemos visitas técnicas em 18 propriedades rurais da Região Metropolitana de Curitiba. Depois vamos dar início os cursos dirigidos aos produtores em 2012”, completou Bazzo.

**Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a produção de hortaliças ocupa hoje cerca de 37 mil hectares da região de Curitiba, e está se desenvolvendo e atraindo produtores de médio e grande porte. A região metropolitana rivaliza com Marilândia do Sul, no Norte do Estado, na disputa do primeiro lugar na produção de hortaliças no Estado. Os destaques são a batata e a cebola, produzidas em Araucária, Lapa, Contenda e Mandirituba. Alface, couve, repolho e couve, em São José dos Pinhais e Colombo**



# FAEP no Movimento Paraná sem corrupção

Entidades do setor produtivo aderem ao movimento do MP

O presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneguette, assinou, no dia 17 de setembro, o Termo de Adesão ao “Movimento Paraná sem Corrupção”. A FAEP foi representada pelo seu diretor financeiro, João Luiz Rodrigues Biscaia e também aderiram ao movimento as Federações Paranaenses: do Comércio (Fecomércio), das Indústrias (Fiep), da Organização das Cooperativas (Fecoopar), da Associação Comercial (ACP), das Associações Comerciais e Empresariais (Faciap) e das Empresas de Transporte de Cargas (Fetranspar).

O Movimento Paraná Sem Corrupção foi criado a partir de uma articulação do Ministério Público do Paraná, por meio da coordenação paranaense da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”. O movimento tem o propósito de promover o combate à corrupção e disseminar uma cultura baseada na dignidade, na honestidade, em princípios éticos, na participação social e no exercício pleno da cidadania.

As entidades parceiras, que aderem ao movimento, se comprometem a:

Difundir – observadas as possibilidades de seus recursos humanos, materiais e financeiros - o movimento. Um das formas desta difusão seria a confecção de materiais impressos, cartilhas, banners entre outros. As instituições também se comprometem a divulgar o link do movimento em seus sites <http://www.paranasemcorrupcao.org.br/>.

Agir educativa e preventivamente, com os instrumentos disponíveis, de modo a reforçar o comportamento ético e honesto dos cidadãos, estimulando a participação social e o exercício pleno da cidadania.

Participar e apoiar, dentro das suas possibilida-



AMP

**O Movimento Paraná Sem Corrupção foi criado a partir de uma articulação do Ministério Público do Paraná, por meio da coordenação paranaense da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”.**

des, campanhas e eventos de conscientização e incentivo à disseminação de uma cultura baseada na dignidade, na honestidade e em princípios éticos.

E informar pelo email [paranasemcorrupcao@mp.pr.org.br](mailto:paranasemcorrupcao@mp.pr.org.br) as atividades desenvolvidas em prol do “Movimento Paraná sem Corrupção”, na medida das suas possibilidades.

A campanha nacional foi lançada em 2007 pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPJ) e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) com o propósito de enfrentar a corrupção de duas formas: por meios legais, processando agentes públicos corruptos; e promovendo a conscientização social para a reflexão acerca do tema e a disseminação da cultura da honestidade.

Há mais de 50 anos o Brasil vem intensificando esforços para promover a erradicação da febre aftosa no seu território, porque a presença dessa enfermidade interfere diretamente no comércio internacional de carnes, com sérios prejuízos econômicos. Apesar dos investimentos feitos pelo governo brasileiro e pelos organismos internacionais nos últimos anos, a febre aftosa ainda é uma ameaça no continente.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) participou e acompanhou os estudos desenvolvidos pelos técnicos da FAEP, Mapa e Adapar, coordenado pelo professor Jorge Madeira Nogueira da UNB. Neles, através da Análise Custo Benefício do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Febre Aftosa (2008 e 2009) e do estudo do cenário do Paraná como estado livre de Febre Aftosa sem vacinação (2009 e 2010), foram avaliados os impactos econômicos.

Como o governo brasileiro, o Ministério da Agricultura comprometeu-se, através de uma estratégia continental, atuar no controle e erradicação da doença, está, por exemplo, apoiando a Bolívia. A FAEP e a UNB são as instituições, por solicitação do Mapa, para levar aqueles estudos desenvolvidos no território nacional, aos vizinhos bolivianos. Entre os dias 17 e 19 últimos, o professor Madeira Nogueira, da UNB, e o médico-veterinário do Departamento Técnico da FAEP, Celso Doliveira, estiveram com os coordenadores do “Servicio Nacional de Sanidad Agropecuária e Inocuidad de Alimentos”, na cidade de Trinidad, no interior da Bolívia. Nessa região, alagadiça durante o verão, a pecuária é a maior atividade rural.

Eles foram demonstrar e expor a metodologia sobre os custos e benefícios realizados no Paraná e no país. “Este trabalho é fundamental para demonstrar às autoridades bolivianas e investidores de organizações internacionais que o Programa de Febre Aftosa promove a estruturação do serviço de defesa agropecuária no País, consequentemente o controle da febre aftosa e de outras doenças inclusive as zoonóticas (brucelose, tuberculose, raiva) com impacto direto na saúde pública”, afirma Doliveira. Ou seja, investir em sanidade está diretamente ligado ao desen-

# Modelo brasileiro na Bolívia

FAEP e UNB levam estudos sobre aftosa ao país vizinho



Fotos: Sistema FAEP



volvimento econômico e ao bem estar da população de qualquer Estado ou País.

Embora o Serviço de Sanidade boliviano atue há 12 anos com bons resultados, sofre de penúria financeira, precisa demonstrar sua “performance” para obter apoio político do seu governo e recursos de organizações internacionais (BID/BIRD, por exemplo). O governo brasileiro também está interessado na erradicação da febre aftosa em nossas fronteiras.

**Este trabalho é fundamental para demonstrar às autoridades bolivianas e investidores de organizações internacionais que o Programa de Febre Aftosa promove a estruturação do serviço de defesa agropecuária no País.**

# Um bom tema para o

*Xico Graziano*

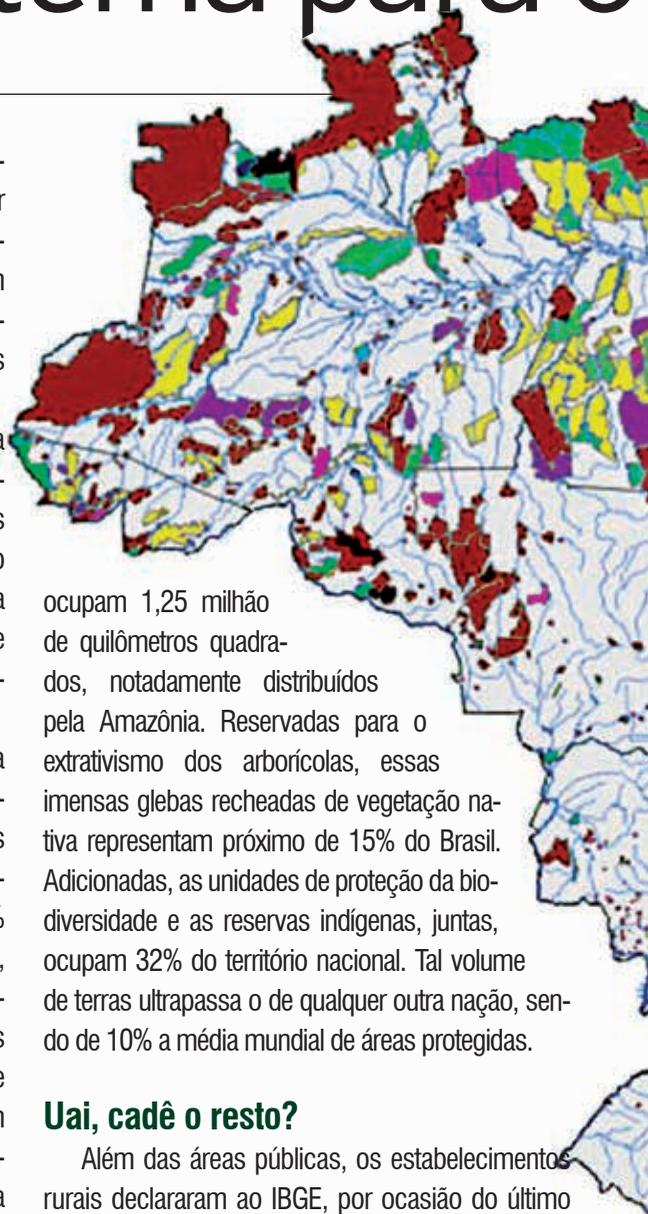
**Os ambientalistas** querem aumentar as áreas preservadas do País. Indígenas lutam para demarcar mais terras exclusivas. Quilombolas tentam dominar seus espaços históricos. Agricultores precisam expandir a exploração do solo. E as cidades continuam crescendo. Haverá como acomodar tantas demandas sobre o espaço nacional?

Evaristo de Miranda, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), estuda há anos a ocupação do território e o uso das terras no Brasil. Especialista em monitoramento sensorial por satélite, com doutorado em Ecologia na França, o renomado agrônomo comprova que anda sobrando pedido e faltando lugar para apaziguar tantos interesses. Mágica não resolve.

O resumo das informações da Embrapa mostra séria problemática. Atenção aos números. Na atividade agropecuária, somando as pastagens e as lavouras, exploram-se 2,15 milhões de quilômetros quadrados, representando uma fatia de 25% do território nacional. Essa superfície de produção, mantida nas propriedades rurais, pouco se tem alterado, conforme atestam os últimos três Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Regra geral, as lavouras avançam sobre as pastagens extensivas, reduzindo-as, indicando intensificação no uso das terras. Eleva-se a produtividade por hectare ocupado. Boa agronomia, melhor zootecnia.

Expandem-se fortemente, por sua vez, as unidades de conservação ambiental. Os parques e reservas florestais constituem locais delimitados de preservação, mantidos sob responsabilidade do poder público. Geridos tanto pelo governo federal quanto pelos Estados, eles abrangem 14% do território nacional. Acrescendo-se a eles os parques municipais e certos domínios preservados pelas Forças Armadas, a fatia estatal de proteção da biodiversidade beira os 17% do País.

Identificadas e demarcadas, as terras indígenas



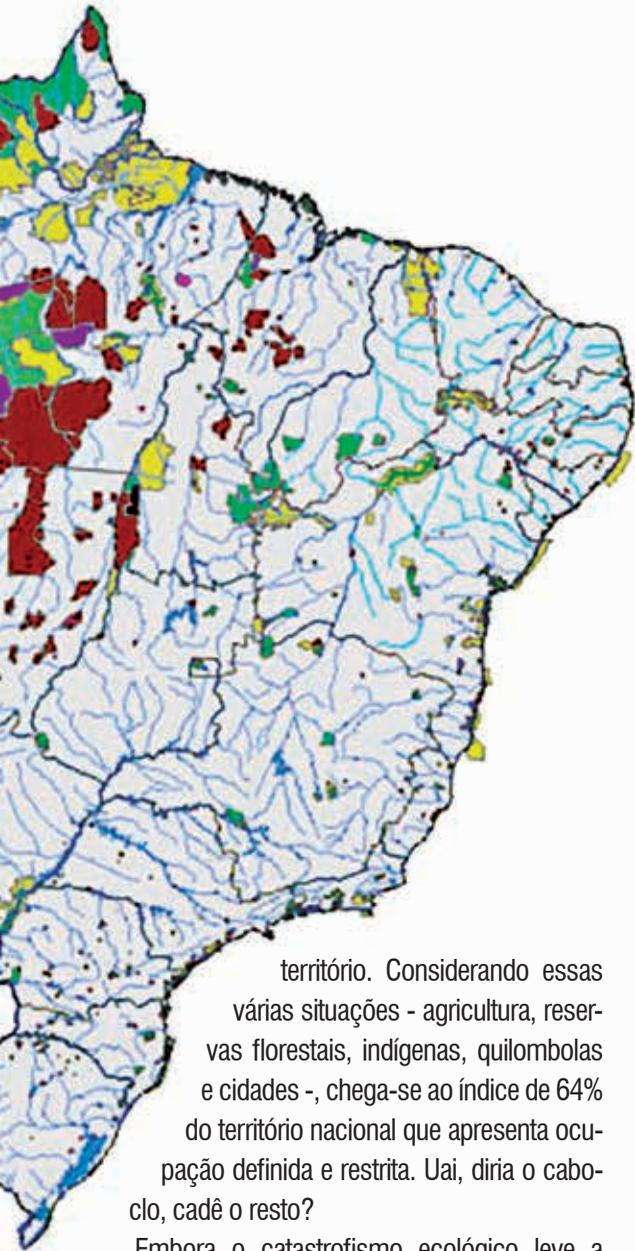
ocupam 1,25 milhão de quilômetros quadrados, notadamente distribuídos pela Amazônia. Reservadas para o extrativismo dos arborícolas, essas imensas glebas recheadas de vegetação nativa representam próximo de 15% do Brasil. Adicionadas, as unidades de proteção da biodiversidade e as reservas indígenas, juntas, ocupam 32% do território nacional. Tal volume de terras ultrapassa o de qualquer outra nação, sendo de 10% a média mundial de áreas protegidas.

## Uai, cadê o resto?

Além das áreas públicas, os estabelecimentos rurais declararam ao IBGE, por ocasião do último Censo Agropecuário (2006), manter um total de 50 milhões de hectares formando suas reservas legais e suas áreas de preservação permanente, localizadas dentro das propriedades. Isso significa que 5,9% do território nacional, apropriados por particulares, está sendo preservado para a fauna e a flora nativas, em especial nas faixas próximas dos cursos d'água. Matas ciliares.

Existem, ainda, os quilombolas. Asseguradas pela Constituição, as áreas remanescentes de quilombos têm sido progressivamente tituladas, já atingindo cerca de 1% do País. Por fim, as zonas urbanas expandem-se, por ora, sobre 0,25% do

# debate nacional



território. Considerando essas várias situações - agricultura, reservas florestais, indígenas, quilombolas e cidades -, chega-se ao índice de 64% do território nacional que apresenta ocupação definida e restrita. Uai, diria o caboclo, cadê o resto?

Embora o catastrofismo ecológico leve a opinião pública do Sul-Sudeste a imaginar o caos, excita a mente imaginar que um terço do território nacional ainda está praticamente desconhecido da sociedade. O incerto distribui-se, basicamente, nas imensas áreas devolutas e nos alagados da Região Norte. Basta saber que o bioma da Amazônia representa, sozinho, metade do Brasil e se mantém intacto em 81,2% nos lugares inóspitos, quase impenetráveis à exploração humana. Floresta virgem.

Quer dizer, em pleno século 21 existem 36% do território nacional sem uso definido. E sobre essa

fatia, principalmente, recaem todas as demandas contemporâneas sobre a ocupação do território. Quais são elas?

Primeiro, a criação de novas unidades de proteção ambiental. Definidas pelo Ministério do Meio Ambiente, o mapa das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade sugerem, no mínimo, dobrar a salvaguarda ecológica atual.

Segundo, as exigências do Código Florestal. Qualquer que seja o capítulo final dessa longa novela, com certeza haverá uma duplicação das zonas preservadas dentro das propriedades rurais, especialmente nas margens dos rios.

Terceiro, os reclamos dos indígenas e, quarto, dos quilombolas. Não cessam os pedidos dessas populações tradicionais, indicando que se avançará nas demarcações existentes.

Quinto, resta a agricultura. Impelida pela demanda mundial de alimentos, e suportada pela biotecnologia, mesmo ganhando produtividade a produção rural deverá expandir as suas áreas cultivadas e pastoreadas. Perderia o bonde da História se o Brasil deixasse de aproveitar a chance de se tornar o celeiro do mundo.

Nas contas de Evaristo de Miranda, o somatório das demandas pela ocupação e uso do território nacional, especialmente contando as limitações ambientais, alcança 6,45 milhões km<sup>2</sup>. Isso representa quase 76% do território nacional. Conclusão: inexistente possibilidade, física e geográfica, de atender a todas as vontades expressas na sociedade. Como resolver os conflitos? Quem arbitra a disputa?

Sem estratégia definida pelo Estado, a solução depende do brilho na mídia e do jogo da política. Por enquanto, em face do preconceito urbano contra o ruralismo, quem está perdendo é a agropecuária. A necessidade de sua expansão recebe sinais negativos da sociedade, que, ao contrário, apoia que dela se subtraíam áreas de produção. Periga encolher o campo.



**Agrônomo, foi secretário de agricultura e secretário do meio ambiente do Estado de São Paulo.**

**Gestão territorial: eis um bom tema para o debate nacional.**

**Atendendo ao pedido da FAEP** e da Ocepar, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou no Diário Oficial da União de 14.09.2012 uma retificação no Zoneamento Agrícola de Risco Climático da soja para alguns municípios do Noroeste do Paraná.

Houve mudança no método de classificação das cultivares de soja, no qual a classificação anterior era por Ciclos de Maturação (precoce, semi-precoce, médio, semi-tardio e tardio) e para a próxima safra passou a ser por Grupos de Maturidade Relativa (GMR). O GMR é uma classificação americana, mundialmente aceita, que varia de 0 (zero) a 10 (dez) e as variedades recomendadas para o Paraná possuem classificação entre 6,4 e 7,6.

Devido à alteração, algumas cultivares, que são muito cultivadas no Paraná, passaram do Grupo II do Zoneamento Agrícola para Grupo I (mais precoces). Tal fato, fez com que alguns municípios do Noroeste Paranaense não pudessem mais plantá-las em solos mistos (entre as texturas arenosa e argilosa), pois não estava recomendado o plantio de cultivares de soja do Grupo I em solos Tipo II (textura mista).

O problema seria plantar as cultivares fora da recomendação do zoneamento, pois já haviam sido compradas antes da publicação do zoneamento agrícola (pela antecipação na aquisição dos insumos). Elas são escolhidas pela boa produtividade e pelo ciclo (dias da emergência à maturação), que favorece o plantio do milho safrinha.

Plantando fora do zoneamento, os produtores ficam impossibilitados de contratarem seguro rural para essa lavoura e de acessar crédito rural de custeio. O pedido foi feito pela FAEP e pela Ocepar para a Secretaria de Política Agrícola do Mapa, que teve resultado foi positivo e veio a tempo do início do plantio da oleaginosa naqueles municípios, que é recomendado a partir do dia 11 de outubro.

No “site” <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola/portarias-segmentadas-por-uf> o produtor rural encontra a Portaria Nº 135 e essa retificação.

Qualquer dúvida contate o engenheiro agrônomo da FAEP, Leandro Alegransi, pelo telefone (41)2169-7922 ou pelo email [leandro.alegransi@faep.com.br](mailto:leandro.alegransi@faep.com.br).

# Mapa retifica zoneamento da soja no noroeste

Em vez de ciclos de maturação, classificação por Maturidade Relativa



Arquivo

## OS MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Paraíso, Altônia, Amaporã, Diamante do Norte, Douradina, Esperança Nova, Guairaçá, Icaraíma, Itaúna do Sul, Ivate, Loanda, Maria Helena, Marilena, Nova Londrina, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná, Tapira, Terra Rica, Umuarama e Xambê.

# Que tal ser produtor na **Suíça?**

Rainha dos subsídios,  
Suíça quer financiar paisagismo

**Campeã mundial de subsídios** agrícolas por habitante, junto com a Noruega – foram mais de US\$ 6 bilhões em 2011, a ajuda governamental representa 54% da receita dos agricultores, comparado a 18% na União Europeia (UE) ou 1% na Nova Zelândia. Em 2011, os subsídios agrícolas concedidos pelos países desenvolvidos alcançaram US\$ 252 bilhões

Agora, o governo suíço planeja pagar os produtores que plantarem gerânios decorativos de janelas das fazendas ou que instalem em bancos nos caminhos trilhados por pedestres.

O Parlamento suíço quer incluir na programação de 2014-2017 várias formas de recompensa indireta pelas quais os próprios agricultores se mostram reticentes. Pelo projeto, uma plantação de flores ao longo de vias para pedestres na área rural poderá receber subsídio de US\$ 4 mil por hectare e US\$ 1 mil para sua manutenção.

Se o agricultor também colocar bancos em certos trechos de seu terreno de produção, para uma pausa dos visitantes, o subsídio será de US\$ 800 por banco. Se plantar árvores para render nozes aos pedestres, ganha mais algumas dezenas de dólares.

Pela plantação de uma alameda de árvores na entrada da fazenda, à beira dos campos ou de rios, e garantir uma paisagem bucólica, o agricultor poderá receber US\$ 200 a cada nova árvore plantada ou US\$ 60 pelas já existentes. Já o produtor de vinho que diminuir o impacto visual de seus vinhedos poderá receber mais de US\$ 1.000 por hectare. Se plantar rosas a margem dos vinhedos, receberá US\$ 60 por elas - e US\$ 24 pelas flores existentes.

Também para embelezar a paisagem, o agricultor helvético será incitado a plantar flores entre duas culturas. Por exemplo, plantando girassol entre milho e trigo, receberá mais de US\$ 250 por hectare. Mas a imaginação suíça para dar subsídios aos agricultores parece não ter limites. Assim, se o pro-



Divulgação

**Pela plantação de uma alameda de árvores na entrada da fazenda, à beira dos campos ou de rios, e garantir uma paisagem bucólica, o agricultor poderá receber US\$ 200 a cada nova árvore plantada ou US\$ 60 pelas já existentes.**

ductor fizer em seu terreno algumas vias sinuosas, e não retílineas, também receberá outro tipo de ajuda.

No cantão (subdivisão territorial como nossos Estados) de Argovia, perto da capital, Berna, um projeto já paga para o agricultor plantar gerânios em vasos nas janelas. A discussão é para estender o projeto a todo o território helvético.

A União Suíça de Agricultores quer o dinheiro, mas reclama que o projeto desvia o agricultor de sua atividade principal. A entidade ambiental Prometerre também enxerga “uma contribuição artificial, pois é a atividade normal que faz a paisagem”, contou Assis Moreira, correspondente do jornal “Valor Econômico”, em Genebra

“Na Organização Mundial do Comércio (OMC), a Suíça soma forças com outros ferozes protecionistas como Japão, Coreia do Sul e Noruega. As negociações agrícolas estão paralisadas. Enquanto isso, os EUA preparam uma nova lei agrícola que concede mais subsídios do que antes, segundo avaliação do Brasil”, acrescentou Moreira.

# Feijão: alta na entressafra e red

Por Tânia Moreira – economista e técnica do DTE/FAEP

Com a comercialização da safra 2011/12 praticamente encerrada no Paraná a cultura de feijão segue para o período de entressafra. A safra 2011/12 foi marcada pela severa estiagem que atingiu o Estado com danos significativos para a safra das águas. Na safra das secas a cultura também foi afetada inicialmente com a estiagem e posteriormente com a geada, de forma que o Paraná obteve a produção de 678 mil toneladas com redução de 17,5% em relação à safra passada, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A estiagem também afetou outras importantes regiões produtoras, como o Nordeste, resultando na redução de 22,3% da produção nacional, totalizando 2,89 milhões para um consumo estimado de 3,5 milhões de toneladas segundo a CONAB.

Diante da oferta reduzida os preços do feijão preto e de cor, até agosto de 2012, ficaram superiores aos preços médios recebidos pelos produtores nos últimos três anos anteriores.

A menor oferta de feijão resultou também em um aumento significativo das importações de feijão preto. De janeiro a agosto a quantidade importada no Brasil quase atingiu o total importado no ano de 2011. Foram 164 mil toneladas importadas, apenas 4% inferior à quantidade de 2011.

A principal origem das importações brasileiras foi a China (49% das importações) e em seguida a Argentina (43% das importações). No Paraná as importações somaram 124 mil toneladas, ou 71% das importações nacionais. Desta forma os preços médios recebidos pelos produtores no Paraná cederam, porém ainda ficaram acima do preço médio dos anos anteriores.

Nos meses de outubro até novembro a cultura segue para o período de entressafra com a comercialização da safra 2011/12 praticamente terminada e com início da próxima colheita iniciando



**A menor oferta de feijão resultou também em um aumento significativo das importações de feijão preto. De janeiro a agosto a quantidade importada no Brasil quase atingiu o total importado no ano de 2011. Foram 164 mil toneladas importadas, apenas 4% inferior à quantidade de 2011.**



Arquivo

apenas em novembro. Com isto os preços médios seguem firmes e com possibilidade de aumento das importações de feijão preto.

Para a próxima safra, que teve o plantio iniciado em agosto, a previsão é de redução de 12% na área de cultivo no Paraná, com aumento de produção de 9% em função do aumento de 23% na produtividade segundo dados da SEAB. A cultura tem estimativa de redução de área em função do interesse em plantar soja, também com preços elevados neste ano.

Segundo estimativas da CONAB a área nacional de cultivo da 1ª safra deve reduzir apenas 0,5% em relação à área da safra 2010/11 devido ao aumento de 9% na área de cultivo da região Norte e Nordeste.

# Recolha de área na próxima safra



## Preços médios recebidos pelos produtores no Paraná



Fonte: SEAB • Elaboração: FAEP



## Peste negra

Chamada de peste negra, a peste bubônica devastou o continente europeu no século XIV é uma doença provocada pela bactéria “Yersinia pestis” e tem como sintomas manchas na pele, febre, surgimento de ínguas, perda de coordenação motora, confusão mental e, em muitos casos, aumento do volume do fígado e do baço. A bactéria era transmitida dos ratos para as pulgas e, destas, para os seres humanos. A peste negra foi tão devastadora que 1/3 da população europeia do século XIV foi dizimada no curto período de quatro anos, entre 1347 e 1351.



## De pombos a satélites

Os antigos egípcios já utilizavam pombos-correio. Conta-se que o faraó Ramsés III anunciou ao povo do Egito a sua chegada ao trono através de pombos-correio. Na década de 70, a CIA criou pombos com câmeras fotográficas presas ao peito para espionar o território inimigo. O problema é que o peso da máquina era tamanho que os pombos voltavam para casa a pé. Os gringos deram uma melhorada, agora usam satélites para espionar todo mundo.



## Tamanhão

O Rio Amazonas despeja no Oceano Atlântico num único dia mais água do que o Rio Tâmisa em um ano. Um dos afluentes do Amazonas, o Rio Negro possui mais água do que toda a água doce da Europa. A quantidade de água doce despejada no Atlântico pelo Amazonas é tal que a salinidade do mar é mais baixa do que o normal até 150 Km mar adentro.

## Senhores(as), façam suas apostas

Segundo os matemáticos, a chance de um apostador ganhar o prêmio máximo com uma aposta de seis dezenas a R\$ 2,00 é de uma em cerca de 50 milhões. Veja as suas chances com apostas maiores:

- 6 números apostados – uma chance em 50.063.860 (R\$ 2,00)
- 7 números apostados – uma chance em 7.151.980 (R\$ 14,00)
- 8 números apostados – uma chance em 1.787.995 (R\$ 56,00)
- 9 números apostados – uma chance em 595.998 (R\$ 168,00)
- 10 números apostados – uma chance em 238.399 (R\$ 420,00)



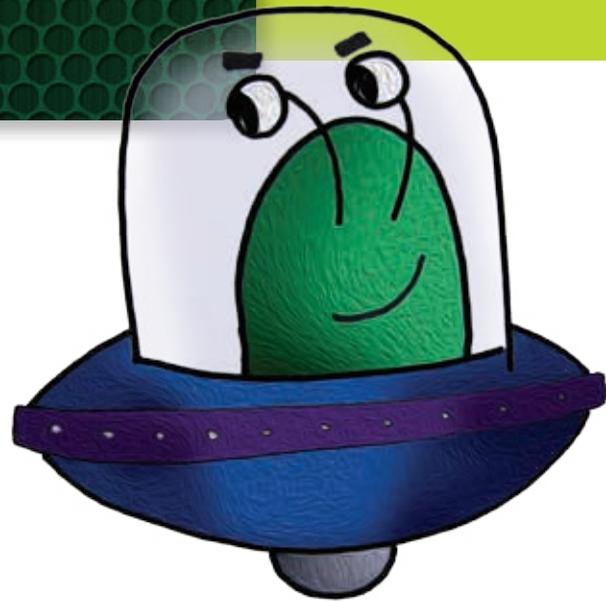
## História complicada

Enquanto os judeus se referem a Jerusalém como “Cidade da Paz”, os árabes muçulmanos a tomam como “A Santa”. Ao longo da história, a cidade foi destruída duas vezes, sitiada 23 vezes, atacada 52 vezes, e capturada e recapturada 44 vezes.



## Chaplin

Antes de se tornar famoso e se estabelecer nos Estados Unidos, Charles Chaplin dividiu um quarto de pensão com outro britânico famoso: Stan Laurel que interpretava o engraçadíssimo Oliver Hardy da dupla “O Gordo e o Magro”. Além de ator, diretor, roteirista e produtor, Charles Chaplin foi compositor e responsável pela trilha sonora dos seus sete últimos filmes. Chaplin tinha nojo de leite e era avesso a materiais feitos com borracha. Quando estava em processo de criação, tomava até nove banhos por dia e ficava o tempo todo andando de lá para cá. Certa vez Chaplin participou de um concurso de imitadores de Charles Chaplin, abocanhando o honroso... 3º lugar!



## Você já viu?

Os países com o maior número de fenômenos Ovnis (Objetos Voadores Não Identificados) são os Estados Unidos, México, Peru, Brasil, Rússia e Chile. Você já viu algum?

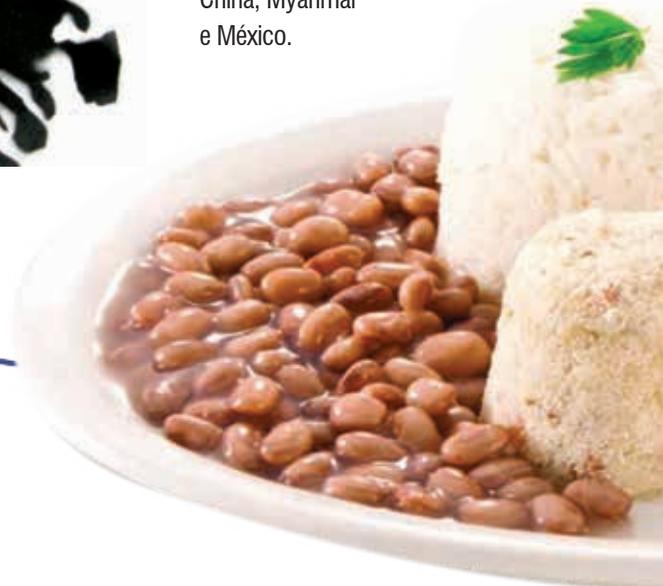
## Comunistas

Fidel Castro foi ditador de Cuba de 1959 a 2008 e botou seu irmão Raul no seu lugar. A ilha foi dominada pelos espanhóis durante 400 anos. A colonização terminou em 1898, quando a Espanha, após ser derrotada pelos Estados Unidos na Guerra Hispano-Americana, Cuba passou a ser protetorado do Estados Unidos. A influência norte-americana durou até 1959, quando a guerrilha de Fidel derrubou o ditador Fulgencio Batista. Coreia do Norte, China e Cuba são os únicos países ainda comunistas no planeta.



## Companheiro da mesa

- O feijão comum possui vitaminas B e C, caseína vegetal, globulina, ácido cítrico, sacarose, entre outros componentes.
- O feijão carioquinha recebeu esse nome por causa das listras, que lembram o calçado de Ipanema.
- Os maiores produtores mundiais de feijão são, pela ordem: Brasil, Índia, China, Myanmar e México.



## Cachorros do mar

Antigamente os tubarões eram chamados de cachorro do mar. Existem mais de 480 espécies de tubarões. Cerca de 88 já foram vistas na costa brasileira. A menor é o tubarão-pigmeu (com apenas 10 cm) e a maior (que pode chegar a inacreditáveis 15 metros e 20 toneladas), o tubarão-baleia.



# CURSOS

## Lapa



### Operação de manutenção de tratores

O Sindicato Rural da Lapa em parceria com a empresa Berneck S/A realizou nos dias 17 e 18 de setembro o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (tratorista agrícola). O grupo com 15 participantes teve como instrutor Luis Augusto Burei.

## São João



### Ação de grãos

Durante o mês de agosto foram realizados através do Sindicato Rural de São João, três cursos de classificação de grãos em parceria com a Coasul. No dia 13 foi dado início ao curso de Desenvolvimento Comportamental (DC). Nos dias 16 e 17 de agosto foi ofertado o curso de Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas - plantio direto - sistema plantio direto, na comunidade de Santo Antônio. Nos dias 27, 28 e 29 de agosto foi realizado o curso de Trabalhador na Agricultura Orgânica - Olericultura básica - talos, folhas e flores na comunidade de Linha Correição e também foi realizado no sindicato o curso de Manejo Integrado de Pragas - Trigo.

## Cascavel



### Qualidade de Vida

Em 28 de agosto foi realizado o evento Qualidade de Vida, no distrito de Rio do Salto, em Cascavel, numa realização conjunta do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, Emater-PR, Secretaria Municipal da Saúde e Posto de Saúde de Rio do Salto. Durante o dia foram apresentadas três palestras com os temas: Contaminação de solo, água e meio ambiente por agrotóxicos, pela médica Liliimar Mori; Uso correto dos agrotóxicos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), por José Luiz Bortolossi; e Relacionamento familiar, por Orildo de Souza.

## Ponta Grossa



### Reflorestamento

O Sindicato Rural de Ponta Grossa ofereceu o curso de Trabalhador em Reflorestamento - matas homogêneas - inventário, poda e desbaste em cultivo florestal. O curso com carga horária de 16 horas foi realizado nos dias 23 e 24 de agosto e teve a participação de 10 produtores rurais da região. O instrutor do grupo foi Sergio Cecere.

## São Jorge d'Oeste



### Gaitaço

O presidente do Sindicato Rural de São Jorge d'Oeste, Airton Cucchi, foi um dos organizadores da 2ª edição do Gaitaço promovido no dia 28 de julho, em comemoração ao Dia do Agricultor, no município de Iolópolis. O evento reuniu artistas e músicos de várias cidades da região sudoeste. Segundo a comissão organizadora, mais de 30 gaiteiros e violeiros participaram do Gaitaço. O evento contou com a participação dos tropeiros da Companhia Pé na Estrada.

## Sertanópolis



### Classificação de Grãos

O Sindicato Rural de Sertanópolis realizou em parceria com a Coamar – Unidade de Sertanópolis, no período de 17 a 20 de julho, o curso de Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal – classificação integrado de grãos- soja, milho, trigo e feijão. O grupo com 14 produtores e trabalhadores rurais teve como instrutor José Antônio Moreira da Silva.

## Palotina



### Artesanato em Fibras de Bananeira e Taboa

O curso de Artesanato Cestaria e Trançados - artesanato em taboa e fibra de bananeira foi promovido pelo Sindicato Rural de Palotina. Iniciado em 21 de agosto, teve 56 horas de duração divididas em duas etapas: primeiro a preparação das fibras para manuseio e a segunda a técnica de trançado. O grupo com 11 participantes elaborou objetos utilitários e artesanais e o instrutor foi Mario Natário Filho.

## Assis Chateaubriand



### Classificação de grãos

O Centro de Treinamento do SENAR/PR de Assis Chateaubriand ofereceu o curso de Classificação de Grãos no período de 6 a 9 de agosto. A instrutora do grupo foi Ivonete Teixeira Rasesa. Foram repassadas informações sobre a classificação de feijão, soja, milho e trigo, sendo a de trigo a nova legislação ( IN 38/10 Mapa). A nova classificação de trigo entrou em vigor no dia 1º de julho de 2012.

# Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná - CONSELEITE-PARANÁ

## RESOLUÇÃO Nº 09/2012

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 18 de Setembro de 2012 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em Agosto de 2012 e a projeção dos valores de referência para o mês de Setembro de 2012, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes. Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada "Leite CONSELEITE IN62", que



se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

### VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

#### POSTO PROPRIEDADE\* – AGOSTO/2012

Matéria-prima	Valores projetados em 14/agosto/2012	Valores finais agosto/2012	Diferença (final - projetado)
III Leite CONSELEITE IN62 **	0,6823	0,6842	0,0019

**Observações:** (\*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (\*\*) Os valores de referência para o "Leite CONSELEITE IN62" corresponde ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

### VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

#### POSTO PROPRIEDADE\* AGOSTO/2012 E PROJETADOS PARA SETEMBRO/2012

Matéria-prima	Valores finais agosto/2012	Valores projetados agosto/2012	Diferença (Projetado - final)
III Leite CONSELEITE IN62 **	0,6842	0,6952	0,0110

**Observações:** (\*) Os valores de referência da tabela são para a matéria-prima leite "posto propriedade", o que significa que o frete não deve ser descontado do produtor rural. Nos valores de referência está incluso Funrural de 2,3% a ser descontado do produtor rural. (\*\*) Os valores de referência para o "Leite CONSELEITE IN62" correspondem ao valor da matéria-prima com 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil uc/ml de células somáticas e 600 mil uc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Julho de 2012 é de R\$ 1,3559/litro. Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: [www.sistemafaep.org.br/conseleite](http://www.sistemafaep.org.br/conseleite)

Curitiba, 18 de setembro de 2012

WILSON THIESEN Presidente

RONEI VOLPI Vice-Presidente

## Achaque

Apesar da queda dos juros básicos da economia - que estão no seu menor patamar histórico – os brasileiros ainda pagam a maior taxa média no cartão de crédito. Levantamento em nove países - Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela, México, EUA e Reino Unido, além do Brasil - mostrou que o País cobra 238,30% ao ano. O número é mais de quatro vezes o registrado pelo Peru, o segundo colocado, com taxa de 55%, muito próxima aos 54,24% do Chile.

A Argentina é o quarto país com a maior taxa, de 50%, seguido por México (33,8%), Venezuela (33%) e Colômbia (29,23%). Nos EUA e no Reino Unido, a taxa é muito inferior, de 16,89% e 18,7%, respectivamente. O estudo incluiu dados da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), da Proteste e dos sites Index Credit Cards e Money Facts, dos EUA e Reino Unido, respectivamente.

– É um absurdo a diferença de taxa de juros. Não tem justificativa, nem mesmo a inadimplência - diz a economista da Proteste Hessia Costella.

*(O Globo)*

## Estoques estratégicos

Após reunião com o presidente da França, François Hollande, o brasileiro José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO, o braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação, reforçou que “apoia totalmente” pedido do país para que sejam criados estoques estratégicos de grãos para conter a volatilidade dos preços, informou a agência Reuters. A França convocou reunião de emergência do G-20 para outubro para discutir ações coordenadas para limitar essa volatilidade.

## Perfeito

O longa-metragem “O Palhaço”, dirigido pelo ator Selton Mello, é o filme nacional indicado a concorrer a uma vaga na categoria de melhor filme estrangeiro no Oscar 2013. O anúncio foi feito quinta-feira (20) pela Comissão Especial de Seleção da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, no Palácio Gustavo Capanema, no centro do Rio, após mais de duas horas de deliberações. Perfeito.

## Erramos

Na edição 1191 deste BI, o nome correto do presidente do Sindicato Rural de Toledo é Nelson Natalino Paludo e não Nelson Roberto Paludo como foi grafado na matéria “Urna aberta, cumpram-se as promessas” (pg 8).



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar  
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná  
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124  
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

### Presidente

Ágide Meneguette

### Vice-Presidentes

Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso

### Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech

### Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti

### Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro

### Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



### SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar  
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná  
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779  
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

### Conselho Administrativo

**Presidente:** Ágide Meneguette - FAEP

### Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

### Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida

### Superintendência:

Ronei Volpi



### Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

### Editor:

Hélio Teixeira

### Redação:

Angelo Binder, Hemely Cardoso, Katia Santos

### Diagramação, Ilustração e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.



Messages



# Aos banqueiros



Gostaria de saber se os senhores aceitariam pagar uma pequena taxa mensal pela existência da padaria na esquina da sua rua, ou pela existência do posto de gasolina ou da farmácia ou de qualquer outro desses serviços indispensáveis ao nosso dia-a-dia.

Funcionaria assim: todo mês os senhores, e todos os usuários, pagariam uma pequena taxa para a manutenção dos serviços (padaria, feira, mecânico, costureira, farmácia etc). Uma taxa que não garantiria nenhum direito extraordinário ao pagante, existente apenas para enriquecer os proprietários. Por qualquer produto adquirido (um pãozinho, um remédio), o usuário pagaria os preços de mercado. Que tal? Creio que os senhores concordariam com tais taxas. Por uma questão de equidade e de honestidade. Meu raciocínio é simples. Eu vou à padaria para comprar um pãozinho. O padeiro é gentil e me vende o pãozinho. Vende o pãozinho, mas cobra por embrulhar o pão.

Mas me impõe uma 'taxa de acesso ao pãozinho', outra 'taxa por guardar pão quente' e uma 'taxa de abertura da padaria'. Com muito profissionalismo, é claro. Foi o que ocorreu comigo em seu Banco. Financiei um carro, um produto de seu negócio, como o padeiro com o pãozinho. Mas os senhores não se satisfazem me cobrando apenas pelo produto que adquiri.

Para ter acesso a ele, os senhores me cobraram uma 'taxa de abertura de crédito' – a 'taxa de acesso ao pãozinho', que os senhores certamente achariam um absurdo e se negariam a pagar.

- Paguei um 'taxa de abertura de conta' (taxa de abertura da padaria);
- Me cobraram uma taxa de R\$ 5,00 por um extrato da minha conta;
- Descobri uma outra taxa de R\$ 7,90 'para a manutenção da conta' (taxa pela existência da padaria na esquina da rua).
- Outra de R\$ 22,00 a cada trimestre para manter um limite especial que não me dá nenhum direito, apenas pagar os juros (preços) mais altos do mundo – semelhante àquela 'taxa por guardar o pão quente'. Poxa! os senhores são insaciáveis. Comprei um financiamento ou vendi a alma?

Depois que eu pagar as taxas correspondentes, talvez os senhores me respondam, informando, muito cordial e profissionalmente, que um serviço bancário é muito diferente de uma padaria. Está regulamentado e autorizado pelo Banco Central. Sei disso. Como sei, também, que existem seguros e garantias legais que protegem seu negócio de todo e qualquer risco. Presumo que os riscos de uma padaria, que não conta com o poder de influência dos senhores, talvez sejam muito mais elevados. Sei que são legais. Mas, também sei que são imorais. Por mais que estejam garantidas em lei, vocês concordam?

(Autor criativo, mas desconhecido)

Send

**Endereço para devolução:**

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

**EMPRESA BRASILEIRA DE  
CORREIOS E TELÉGRAFOS**

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

**REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL**

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_